

**Concurso Público para provimento de vagas de  
Técnico-Legislativo  
Categoria Agente de Polícia Legislativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'T44', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA  
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Perspectivas positivas e foco em evolução são salutares.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 7.

*A sistematização dos fatos, feita pelos cientistas ou estudiosos, não passa, por mais complicada que pareça, disto mesmo – de sistematização dos fatos. Com o tempo, um estudo muito aplicado fica inacessível para aqueles que não se dedicaram muito a ele. Por isso não entendemos de medicina, direito ou matemática – a não ser que sejamos médicos, juristas ou matemáticos. Cada nova geração herda esse patrimônio de conceitos e palavras e tenta aperfeiçoá-lo, modificá-lo, revê-lo e assim por diante. Então, por mais que pareça um termo complicado, não existe nada de intrinsecamente difícil em “ideologia”. Ela é simplesmente a palavra usada para descrever um conjunto de fatos que é parte integrante de nossas vidas, sendo mesmo difícil conceber um ser humano que não abrigue alguma forma de pensamento ideológico. A ideologia é uma maneira de pensar, uma espécie de “forma” em que moldamos o mundo.*

*Uma determinada maneira de ver o mundo não pode deixar de procurar uma lógica para todos os fatos observáveis, sob o risco de tornar-se incoerente e insatisfatória. A ideologia incorpora sempre uma teoria sobre o mundo, uma explicação totalizante. Por conseguinte, está relacionada com a existência de classes sociais.*

*As classes sociais e o número de denominadores comuns que, nas sociedades de hoje, podem unir as pessoas não são tão simples ou esquemáticos. É claro que, entre assalariados, existe uma enorme diferença quando um deles ganha cem salários mínimos e o outro apenas um. Da mesma forma, existem divergências inconciliáveis entre um industrial e um proprietário de terras.*

*A assunção de uma ideologia não deve ser encarada como algo mecânico. Não se pode esperar que pertencer a uma classe social definida determine, por si só, nossa maneira de pensar e agir, pois há inúmeros fatores que podem, de certa forma, bloquear a consciência de nossa própria situação e induzir a que vejamos como nossos os interesses da classe oposta. O ser humano, além disso, não é uma máquina que reage mecanicamente da mesma forma ao mesmo comando, nem um animal que funcione à base de reflexos condicionados (embora haja quem pense o contrário), de maneira que a formação do pensamento ideológico não é um processo singelo.*

*As ideologias e as posições políticas são, ainda hoje, muito vistas em termos de Esquerda e Direita. Ao contrário do que seu uso indiscriminado pode sugerir, não são conceitos claros e a maioria das pessoas teriam dificuldade para defini-los com alguma precisão. As palavras estão sujeitas a empregos arbitrários e abusivos, de tal forma que acabam por ter seu sentido diluído ou tornado imprestável para uma comunicação adequada.*

(Adaptado de: RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: Quem manda, por que manda, como manda.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, edição digital)

1. *Com o tempo, um estudo muito aplicado fica inacessível para aqueles que não se dedicaram muito a ele. Por isso não entendemos de medicina, direito ou matemática...* (1º parágrafo)

Identificam-se nas ideias expostas acima, respectivamente, as noções de

- (A) consequência e oposição.
- (B) causa e consequência.
- (C) oposição e temporalidade.
- (D) concessão e consequência.
- (E) conclusão e concessão.

2. *Então, por mais que pareça um termo complicado, não existe nada de intrinsecamente difícil em “ideologia”...* (1º parágrafo)

Mantendo-se as relações de sentido e a correção gramatical, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) conforme
- (B) apesar de
- (C) desde que
- (D) embora
- (E) entretanto



3. ... uma espécie de “forma” em que moldamos o mundo. (1º parágrafo)

O segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) com o qual
- (B) aonde
- (C) a qual
- (D) do qual
- (E) na qual

4. Por conseguinte, está relacionada com a existência de classes sociais. (2º parágrafo)

O termo sublinhado acima assinala no texto noção de

- (A) conclusão.
- (B) concessão.
- (C) oposição.
- (D) temporalidade.
- (E) finalidade.

5. Mantendo-se a correção, o verbo destacado que pode ser flexionado em uma forma do singular, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

- (A) ...a maioria das pessoas teriam dificuldade para defini-los com alguma precisão.
- (B) As classes sociais e o número de denominadores comuns que, nas sociedades de hoje, podem unir as pessoas.
- (C) ...um estudo muito aplicado fica inacessível para aqueles que não se dedicaram muito a ele.
- (D) As palavras estão sujeitas a empregos arbitrários e abusivos.
- (E) Da mesma forma, existem divergências inconciliáveis entre um industrial e um proprietário de terras.

6. O verbo destacado deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- (A) Cada nova geração herda esse patrimônio de conceitos e palavras e **tenta** aperfeiçoá-lo...
- (B) As classes sociais e o número de denominadores comuns que, nas sociedades de hoje, podem unir as pessoas não são tão simples ou esquemáticos.
- (C) É claro que, entre assalariados, **existe** uma enorme diferença quando um deles ganha cem salários mínimos e o outro apenas um.
- (D) A ideologia **incorpora** sempre uma teoria sobre o mundo, uma explicação totalizante.
- (E) O ser humano, além disso, não é uma máquina que **reage** mecanicamente da mesma forma ao mesmo comando...

7. Está correta a redação da frase que se encontra em:

- (A) Sabem-se que, as palavras podem estar sujeitas a empregos muitas vezes arbitrários, e abusivos.
- (B) Com o tempo, as palavras acabam por ter seu sentido diluído, ou tornado insatisfatório para que hajam comunicações adequadas.
- (C) Um trabalho científico muito aprofundado torna-se inacessível àqueles que não o estudaram com afinco.
- (D) Ainda hoje, rotular as ideologias e as posições políticas em termos de “esquerda” e “direita” tratam-se de fenômenos comuns.
- (E) Ideologia é simplesmente, uma palavra adequada para se descrever um conjunto de fatos nos quais fazem parte de nossas vidas.



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 8 a 11.

O domínio das técnicas de produção de alimento foi determinante para que os seres humanos construíssem a base da civilização. A passagem do extrativismo para a agricultura e a mudança da caça para a domesticação de animais foram elementos centrais para que seres humanos se juntassem em grupos. Embora as evidências arqueológicas sejam menos precisas à medida que retrocedemos no tempo, é provável que os primitivos ajuntamentos do Paleolítico Superior já tivessem organização suficiente para deleitar o espírito do ser humano com a produção de artes. As cavernas desse período mostram que as pinturas das paredes exibem notável coincidência com as áreas de maior ressonância sonora, fazendo supor que esses espaços eram utilizados para o exercício do belo, algo muito mais sublime do que o ofício de sobreviver naqueles tempos tão duros. Uma hipótese é que o canto tenha precedido a fala, assim como a pintura tenha antecedido a escrita, o que demonstraria que, de alguma maneira, os seres humanos foram programados para as artes. Aparentemente, nosso genoma reage diante de estímulos estéticos desde tempos imemoriais: quando exposto ao belo, nosso encéfalo aumenta a atividade de áreas específicas relacionadas ao controle do estresse. Não é sem motivo que os hospitais estão cada vez mais verdes e incorporam expressões artísticas em suas dependências.

(Adaptado de: SALDIVA, Paulo. **Vida Urbana e Saúde**: os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018, edição digital)

8. Considere as afirmações abaixo.

- I. Pesquisadores acreditam que, no transcorrer da história humana, o canto tenha se manifestado antes do desenvolvimento da fala.
- II. O segmento sublinhado em *A passagem do extrativismo para a agricultura expressa noção de finalidade.*
- III. Mantendo-se as relações de sentido, o elemento sublinhado em *quando exposto ao belo, nosso encéfalo aumenta a atividade de áreas específicas relacionadas ao controle do estresse* pode ser substituído por "sempre que".

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

9. O domínio das técnicas de produção de alimento foi determinante para que os seres humanos construíssem a base da civilização.

Transpondo-se o segmento sublinhado acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) se construíssem.
- (B) fosse construída.
- (C) forem construídos.
- (D) fossem construídas.
- (E) eram construídos.

10. A frase escrita com correção e coerência encontra-se em:

- (A) No período Paleolítico, notam-se que as cavernas continham pinturas nas paredes, e coincidiam com áreas de grande ressonância sonora, portanto, conclui-se que se utilizava esses espaços para o exercício do belo.
- (B) Sabe-se que áreas específicas do nosso encéfalo, as quais se destinam, entre outros, ao controle do estresse, reage desde tempos remotos a estímulos estéticos.
- (C) Os seres humanos cujos os grupos se formaram por meio da mudança do extrativismo, para a agricultura, e da caça para a domesticação de animais, configurou um elemento central em tal trajetória.
- (D) Por meio da observação de pinturas primitivas encontradas em paredes de cavernas, deduziu-se que o exercício do belo já fazia parte das atividades humanas no período Paleolítico.
- (E) Dominar as técnicas de produção de alimentos foram cruciais para que os seres humanos formassem, pouco a pouco uma comunidade civilizada, na medida em que se dava a passagem do extrativismo para a agricultura.



11. ... nosso encéfalo aumenta a atividade de áreas específicas relacionadas ao controle do estresse.

O verbo sublinhado acima possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do que se encontra em:

- (A) ...organização suficiente para deleitar o espírito do ser humano...
- (B) O domínio das técnicas de produção de alimento foi determinante para...
- (C) ... os hospitais estão cada vez mais verdes...
- (D) ... à medida que retrocedemos no tempo...
- (E) Aparentemente, nosso genoma reage diante de estímulos estéticos...

12. As expressões estéticas são vitais para a mente humana e muitos consideram as expressões estéticas importantes para o processo de cura de certos males. Apesar de ainda haver hospitais que não disponibilizam expressões estéticas em suas dependências, profissionais da saúde incorporam expressões estéticas em seus tratamentos.

Os elementos sublinhados acima podem ser corretamente substituídos, na ordem dada, por:

- (A) consideram-lhes – disponibilizam-nas – lhes incorporam
- (B) as consideram – as disponibilizam – incorporam-nas
- (C) consideram-nas – disponibilizam-nas – lhes incorporam
- (D) as consideram – lhes disponibilizam – as incorporam
- (E) lhes consideram – lhes disponibilizam – incorporam-nas

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 13 a 15.

*“A arte popular de uma era é muitas vezes a arte elevada da seguinte”, escreveu o professor Alexander Nehamas não muito tempo atrás em defesa da televisão, traçando um paralelo com o desdém de Platão pelo antigo drama grego. Por muito tempo a TV foi considerada o homólogo inferior do cinema: o lugar ao qual recorrer na indústria se você não podia transformar algo em filme. Por um tempo muito longo ela foi também considerada um assunto que não estava à altura do estudo acadêmico. Não é mais assim hoje em dia. Com o drama televisivo granjeando aplausos tanto do público quanto da crítica, parece que a TV está finalmente atravessando sua era de arte elevada e que emergiu da sombra do cinema para sempre.*

*Cineastas sempre flertaram com a televisão. O flerte do cinema com a nova forma começou com a célebre entrevista coletiva de Roberto Rossellini em 1962 em que ele declarou que o cinema estava morto e que dali em diante faria filmes para a televisão. Hoje esses cineastas poderiam ser vistos como a vanguarda de uma forma que ainda se desenvolvia: a da série de televisão que iria educar e elevar em vez de apenas entreter e vender produtos por meio de anúncios.*

*Hoje, graças à internet e a novas tecnologias, surgem novos padrões de atenção. O que parece uma transição de uma era da narrativa para outra é não só acompanhado, mas também guiado, por mudanças no comportamento do público.*

(Adaptado de: KALLAS, Christina. **Na sala de roteiristas (Inside the Writer's Room)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016, edição digital)

13. Considere as afirmações abaixo.

- I. Os verbos dos segmentos *o cinema estava morto* e *uma forma que ainda se desenvolvia* estão flexionados nos mesmos tempo e modo.
- II. *“A arte popular de uma era é muitas vezes a arte elevada da seguinte”...* (início do texto)  
O argumento acima embasa a ideia de que a televisão não é inferior ao cinema.
- III. *Por um tempo muito longo ela foi também considerada um assunto que não estava à altura do estudo acadêmico.* (1º parágrafo)  
O elemento sublinhado acima refere-se ao termo “indústria”.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.



14. *Hoje, graças à internet e a novas tecnologias, surgem novos padrões de atenção.*

O elemento que, no contexto, possui a mesma função sintática do sublinhado acima encontra-se também sublinhado em:

- (A) *Hoje esses cineastas poderiam ser vistos como a vanguarda de uma forma.*
- (B) *Com o drama televisivo granjeando aplausos tanto do público quanto da crítica.*
- (C) *... em que ele declarou que o cinema estava morto...*
- (D) *Cineastas sempre flertaram com a televisão.*
- (E) *... em vez de apenas entreter e vender produtos por meio de anúncios.*

15. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Por muito tempo não se .... (identificar) nos programas de televisão algum assunto à altura dos estudos acadêmicos.
- (B) A série de TV, em vez de se limitar a vender produtos por meio de anúncios, .... (educar) os espectadores.
- (C) As mudanças observadas no comportamento do público televisivo .... (indicar) que uma nova forma de atenção vem se desenvolvendo entre os espectadores.
- (D) Talvez não imaginássemos que o drama televisivo, desenvolvido à sombra dos filmes produzidos para o cinema, .... (conquistar) aplausos tanto do público quanto da crítica.
- (E) Veiculada em entrevista coletiva, em 1962, a célebre declaração de Roberto Rossellini de que deixaria de fazer filmes.... (surpreender) muitos jornalistas.

### Noções de Processo Legislativo

16. É passível de sanção ou veto o projeto de

- (A) lei ordinária pela Mesa da Câmara Legislativa.
- (B) lei complementar pelo Governador do Distrito Federal.
- (C) resolução pelo Presidente da Câmara Legislativa.
- (D) emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal pela Mesa da Câmara Legislativa.
- (E) decreto legislativo pela Mesa da Câmara Legislativa.

17. O controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal é exercido pela Câmara Legislativa com auxílio

- (A) do Ministério Público Federal.
- (B) do Poder Judiciário do Distrito Federal.
- (C) do Tribunal de Contas da União.
- (D) do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (E) da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

18. É atribuição da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal

- (A) analisar pedido de licença do Governador ou do Vice-Governador para se ausentar do Distrito Federal por mais de quinze dias, oferecendo o devido projeto de decreto legislativo.
- (B) responder a consultas formuladas por outras comissões ou pela Mesa Diretora sobre repercussão orçamentária ou financeira das proposições.
- (C) determinar, com poderes próprios das autoridades judiciais, a quebra de sigilo bancário e fiscal de investigados.
- (D) intermediar conflitos relacionados com a defesa e a proteção do consumidor.
- (E) promover simpósios, congressos, conferências, seminários ou assemelhados com a sociedade, na busca de soluções contra a violência.

19. Compete privativamente ao Distrito Federal:

- (A) preservar a fauna, a flora e o cerrado.
- (B) licenciar estabelecimento industrial, comercial, prestador de serviços e similar.
- (C) combater as causas da pobreza, a subnutrição e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos segmentos desfavorecidos.
- (D) legislar sobre orçamento, junta comercial e custas de serviço forense.
- (E) prestar serviços de assistência à saúde da população e de proteção e garantia de pessoas portadoras de deficiência.



20. Quanto às sessões preparatórias da Câmara Legislativa, são as
- (A) que precedem a inauguração dos trabalhos da Câmara Legislativa na primeira e na terceira sessões legislativas de cada legislatura.
  - (B) de quaisquer sessões legislativas, realizadas às terças, quartas e quintas-feiras.
  - (C) realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias.
  - (D) realizadas para comemorações ou homenagens especiais.
  - (E) realizadas pela comissão representativa durante o recesso parlamentar.
- 
21. A autorização para a instauração de processo criminal contra deputado distrital dar-se-á por meio de
- (A) decreto legislativo aprovado por maioria qualificada.
  - (B) resolução aprovada por maioria absoluta.
  - (C) decreto legislativo aprovado por maioria simples.
  - (D) resolução aprovada por maioria simples.
  - (E) decreto legislativo aprovado por maioria absoluta.
- 
22. Suponha um projeto de lei que esteja em desacordo com a técnica legislativa e que contenha vício de linguagem. Este deverá
- (A) receber parecer terminativo emitido pela Comissão de Constituição e Justiça e arquivado.
  - (B) ter o vício sanado pela Comissão de Redação ou arquivado, se não for possível saná-lo.
  - (C) ser devolvido ao autor do projeto para sanar o vício.
  - (D) ter o vício sanado pela Comissão de Constituição e Justiça, se possível, e não sendo, o projeto será remetido ao Presidente da Câmara Legislativa para ser devolvido ao autor.
  - (E) ter o vício sanado pela Comissão de Constituição e Justiça, se possível, e não sendo, o projeto será remetido ao Presidente da Câmara Legislativa para apreciação pelo Plenário.
- 

#### Realidade do Distrito Federal

23. Segundo o Censo de 2010, a população do Distrito Federal
- (A) comportava, em sua maioria, pessoas na faixa etária entre 40 e 44 anos.
  - (B) era inferior a 2.000.000 de habitantes.
  - (C) ocupava a décima posição entre as unidades federativas do Brasil.
  - (D) possuía densidade demográfica acima de 600 habitantes por km<sup>2</sup>.
  - (E) ultrapassava 3.500.000 habitantes.
- 
24. A data de 30 de novembro corresponde, no âmbito do Distrito Federal, ao feriado comemorativo
- (A) do nascimento de Juscelino Kubitschek de Oliveira.
  - (B) do Dia do Servidor Público.
  - (C) da padroeira N. S. da Conceição Aparecida.
  - (D) da primeira missa rezada em Brasília.
  - (E) do Dia do Evangélico.
- 
25. Apesar da celebrada redução da criminalidade no Distrito Federal, observada pela Secretaria de Segurança Pública em 2017, os Estados Unidos da América do Norte divulgaram lista das áreas de risco a serem evitadas no Brasil, mencionando quatro regiões administrativas do Distrito Federal:
- (A) Gama, Planaltina, Ceilândia e Riacho Fundo.
  - (B) Ceilândia, Santa Maria, São Sebastião e Paranoá.
  - (C) Águas Claras, Santa Maria, Cruzeiro e Samambaia.
  - (D) Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Planaltina.
  - (E) Varjão, Lago Norte, Samambaia e Paranoá.
-



26. Órgão superior de consulta do governador do Distrito Federal, o Conselho de Governo, por ele presidido, tem ainda, dentre seus membros,
- (A) um representante do Ministério da Integração Nacional.
  - (B) os prefeitos dos municípios.
  - (C) os presidentes das câmaras municipais.
  - (D) um representante do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) os líderes da maioria e da minoria da Câmara Legislativa.
- 
27. Os primeiros habitantes da cidade de Brasília ficaram conhecidos com o nome de
- (A) pioneiros.
  - (B) desbravadores.
  - (C) bandeirantes.
  - (D) candangos.
  - (E) peões.
- 
28. Mistó de oca e disco voador, o Memorial Darcy Ribeiro, localizado no *campus* da Universidade de Brasília e inaugurado em 2010, foi projetado pelo arquiteto
- (A) Oscar Niemeyer.
  - (B) João Filgueiras Lima.
  - (C) Lúcio Costa.
  - (D) Márcio Kogan.
  - (E) Paulo Mendes da Rocha.
- 
29. Renato Russo liderou a famosa banda de *rock* brasileira
- (A) Detrito Federal.
  - (B) Capital Inicial.
  - (C) Legião Urbana.
  - (D) Bois de Gerião.
  - (E) Capitão do Cerrado.
- 
30. O Memorial JK, onde estão depositados documentos e objetos que pertenceram a Juscelino Kubitschek e sua esposa, foi
- (A) construído numa área de 2.000 m<sup>2</sup>, recebendo inúmeras críticas por ocupar tanto espaço.
  - (B) inaugurado por ocasião do primeiro centenário de nascimento do ex-presidente, em 12 de setembro de 2002.
  - (C) projetado pelo arquiteto Lúcio Costa, em colaboração com Paulo Mendes da Rocha.
  - (D) preparado para receber os restos mortais de todos os presidentes da República.
  - (E) construído no mesmo local em que se rezou a primeira missa de Brasília, em 3 de maio de 1957.
- 

#### Noções de Legislação do Servidor Público do Distrito Federal

31. Considere hipoteticamente que João foi nomeado para cargo em comissão de autarquia distrital. Na data de sua posse sobreveio informação de que o empossando havia sido condenado definitivamente pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, decisão publicada em data imediatamente anterior à nomeação. Nesta situação, o ato de nomeação
- (A) é válido, podendo o nomeado tomar posse e entrar em exercício no cargo.
  - (B) é válido, pois a nomeação se deu para cargo em comissão, não para função de confiança, única que exige requisito para preenchimento.
  - (C) é nulo, pois ausente requisito legal para preenchimento do cargo, consistente na ausência da prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.
  - (D) é nulo e a condenação traz impedimento vitalício para João, que não mais poderá ocupar cargo na Administração pública distrital, seja efetivo ou de livre nomeação.
  - (E) é nulo, mas poderá ser convertido em nomeação para função de confiança, esta que não traz requisito de boa conduta para designação.
-





32. Para fins da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, as funções de confiança
- (A) são privativas de servidor efetivo e se destinam exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (B) são privativas de titulares de cargo em comissão, estes que devem preencher os requisitos estabelecidos em lei para acumulação de função.
  - (C) destinam-se prioritariamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo, em casos emergenciais, suprir a vacância de cargos efetivos.
  - (D) destinam-se prioritariamente a empregados públicos das autarquias distritais e são de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.
  - (E) são de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente e destinam-se aos empregados temporários, estes que são contratados com fundamento direto na Constituição Federal.
- 
33. A Lei Complementar Distrital nº 840/2011 estabelece requisitos básicos para investidura em cargo público, que devem ser comprovados por ocasião
- (A) da nomeação.
  - (B) da entrada em exercício.
  - (C) da posse.
  - (D) da nomeação, da posse ou da entrada em exercício, escolha que cabe ao pretendente do cargo.
  - (E) da nomeação ou da posse, uma vez que a investidura ainda não se aperfeiçoou.
- 
34. No âmbito dos Estados, a nomeação é uma das formas de provimento de cargo público, que compete ao Governador do Estado
- (A) no Poder Executivo, podendo, a depender da hipótese, ter efeito retroativo, sempre para beneficiar o servidor.
  - (B) no Poder Executivo e Legislativo, sendo vedada a atribuição de efeito retroativo para os atos de investidura no Poder Legislativo, este que pode ser atribuído pelo Tribunal de Contas.
  - (C) exclusivamente, com apoio do Tribunal de Contas, que deve apostilar todos os atos de investidura, de qualquer dos Poderes, exarados pelo Chefe do Executivo.
  - (D) no Poder Executivo, sendo-lhe vedado editar atos dessa natureza com efeito retroativo.
  - (E) no Poder Executivo, como também lhe competem os atos de posse e exercício, que aperfeiçoam a investidura no serviço público.
- 
35. Considere hipoteticamente que o Distrito Federal tenha realizado concurso público para provimento de cargos efetivos junto à Administração pública direta, a serem exercidos em uma secretaria específica. O edital do referido certame reservou 2% das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência. No prazo estabelecido, o edital foi impugnado sob o fundamento de ofensa à Lei que estabelece o percentual mínimo de vagas destinadas a pessoas com deficiência. A impugnação
- (A) procede, uma vez que a lei estabelece que o edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência.
  - (B) improcede, uma vez que a lei não fixa percentual mínimo de vagas, sendo este definido no caso concreto, por decisão de conveniência e oportunidade da autoridade competente.
  - (C) procede, mas, considerando que o provimento de cargo público compete ao Chefe do Poder Executivo, este pode, se assim entender, expor os motivos pelos quais não reservou o percentual mínimo de 15%.
  - (D) improcede, uma vez que o edital obedeceu a lei reservando o percentual mínimo de 2% de vagas a serem destinadas a pessoas com deficiência.
  - (E) procede, uma vez que a lei estabelece que o edital de concurso público tem de reservar 10% das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência.
- 
36. Considere hipoteticamente que José, aprovado em concurso público, foi nomeado por ato do Governador do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do dia 25 de junho de 2018. Nos termos da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, a posse de José
- (A) deve ocorrer em 60 dias, contados do ato de nomeação, sob pena de aquela ser tornada sem efeito.
  - (B) não tem prazo para ocorrer, uma vez que a nomeação se deu dentro do prazo de validade do concurso.
  - (C) deve se dar impreterivelmente no prazo de 30 dias, contados do ato de nomeação, prazo esse que não comporta prorrogação.
  - (D) deve ocorrer no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prazo que pode ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei.
  - (E) pode ocorrer no prazo de 30 dias do ato de nomeação, prazo este impróprio, pois seu descumprimento não acarreta consequência jurídica.



37. Considere hipoteticamente que servidor civil titular de cargo efetivo do Distrito Federal ausentou-se habitualmente de suas funções de forma a caracterizar a infração disciplinar definida como inassiduidade habitual. Referido servidor, se condenado, pode ter contra si aplicada validamente a pena de
- (A) advertência ou, no seu lugar, de suspensão até trinta dias, se as circunstâncias assim o justificarem, por se tratar de infração média de grau I.
  - (B) demissão, por se tratar de infração disciplinar grave do grupo I, pela qual se impõe ao servidor efetivo a perda do cargo público por ele ocupado, podendo ser cominada com o impedimento de nova investidura em cargo público.
  - (C) suspensão, que pode ser convertida em multa, se houver conveniência para o serviço público, por se tratar de infração disciplinar média do grupo II.
  - (D) advertência, por se tratar de infração disciplinar leve e por ser ele primário e portador de bons antecedentes.
  - (E) demissão, por se tratar de infração disciplinar média de grau II, pela qual se impõe ao servidor efetivo a perda do cargo público por ele ocupado.
- 
38. Considere hipoteticamente que Antônio, servidor público efetivo do Distrito Federal, responde, pelos mesmos fatos, a processo administrativo disciplinar e também a processo penal. Considere que no curso do processo administrativo disciplinar Antônio foi absolvido, por falta de provas, da acusação criminal, decisão da qual ainda pende recurso. Antônio, em alegações finais apresentadas no processo administrativo disciplinar, pleiteou o sobrestamento do processo administrativo e, alternativamente, sua absolvição, com fundamento na decisão proferida pela justiça criminal. A alegação de defesa
- (A) não procede, podendo Antônio vir a ser condenado, desde que haja provas suficientes no processo administrativo disciplinar da materialidade e autoria do ilícito administrativo descrito na portaria inaugural.
  - (B) procede, pois, a despeito da independência das instâncias, a sentença criminal absolutória sobrepõe-se à decisão administrativa, em razão da inafastabilidade da jurisdição e de sua unicidade.
  - (C) não procede, em razão do princípio da independência das instâncias, podendo Antônio ser condenado mesmo que a sentença absolutória criminal tenha negado a autoria do crime.
  - (D) procede no que concerne ao pedido de sobrestamento, devendo o processo administrativo disciplinar ser sobrestado, com suspensão do prazo prescricional, até o trânsito em julgado da decisão na justiça criminal.
  - (E) não procede, podendo Antônio vir a ser condenado, independentemente da existência de provas no processo administrativo disciplinar, em razão de as sanções civis, penais e administrativas poderem cumular-se.
- 
39. Considere hipoteticamente que tenha chegado ao conhecimento da Administração pública do Distrito Federal que servidor dos seus quadros praticou infração disciplinar punível, em tese, com demissão. Para instaurar validamente o processo administrativo disciplinar correlato, a Administração tem o prazo
- (A) de um ano, contado do conhecimento do fato, pois, do contrário, a ação disciplinar prescreve.
  - (B) de dois anos, prorrogável por igual período, pois, assim não o fazendo, a ação disciplinar prescreve.
  - (C) de cinco anos, sob pena de prescrição da ação disciplinar, prazo este que começa a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar o processo disciplinar.
  - (D) prescricional de cinco anos, prazo este que não se interrompe nem se suspende e é contado em dias.
  - (E) equivalente ao máximo do prazo prescricional estabelecido pelo Código Civil, prazo este que se interrompe, por uma vez, com a instauração do processo disciplinar.
- 
40. Considere hipoteticamente que Pedro, servidor público civil do Distrito Federal titular de cargo em comissão, tenha cometido ato definido como infração disciplinar. Considere que foi instaurado para apuração dos fatos o competente processo disciplinar no curso do qual, após laudo exarado por junta médica, constatou-se a insanidade mental de Pedro. Pela infração disciplinar cuja autoria e materialidade restaram suficientemente comprovadas, Pedro
- (A) não pode ser punido, mas os fatos devem, para resguardar os interesses futuros da administração, ser anotados no seu prontuário.
  - (B) deve ser punido, pois as causas de inimputabilidade absoluta ou relativa não se aplicam ao processo administrativo disciplinar.
  - (C) pode ser punido, mas apenas com a sanção de advertência, em razão de sua inimputabilidade.
  - (D) pode ser punido, mas a execução da sanção deve aguardar o restabelecimento da sua imputabilidade.
  - (E) não é punível, desde que tenha restado comprovado que o mesmo, na data dos fatos, era inteiramente incapaz de entender o caráter do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

41. Considerando um ato administrativo o qual, contaminado por vício, tornou-se ilegal, ressalvada a apreciação judicial e respeitados os direitos adquiridos, a Administração
- (A) não pode anulá-lo, já que seus efeitos são regulares.
  - (B) pode revogá-lo, por motivo de conveniência ou oportunidade.
  - (C) pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.
  - (D) pode revogá-lo, porque dele se originam direitos.
  - (E) não pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.
- 
42. Wallace reside com sua família, desde novembro de 1999, ininterruptamente e sem oposição, em imóvel público de 270 m<sup>2</sup>, situado em área com características e finalidade urbanas. Nesse diapasão, Wallace, em relação ao aludido imóvel,
- (A) possui direito subjetivo à aquisição compulsória do imóvel ocupado, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural, bem como que não tenha tido referido direito reconhecido anteriormente.
  - (B) completou o prazo de prescrição aquisitiva do imóvel, passível de ser usucapido por se tratar de bem dominical.
  - (C) não tem direito à aquisição compulsória do imóvel pelo fato de ser bem público e, ainda que fosse da categoria dos bens públicos dominicais, estaria protegido pela imprescritibilidade.
  - (D) pode adquirir o imóvel por usucapião especial urbana, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.
  - (E) não possui direito à usucapião ou outra modalidade de aquisição originária de propriedade, porque o bem público por ele ocupado foi destinado a finalidade urbana.
- 
43. Carlos é engenheiro e está realizando um projeto para a construção de um edifício em terreno de sua propriedade. Para a concretização desse projeto, desde que Carlos satisfaça as exigências das normas edilícias, será outorgado pela Prefeitura alvará de
- (A) autorização precário, meio de atuação do poder regulamentar, não podendo ser invalidado discricionariamente.
  - (B) autorização definitivo, meio de atuação do poder de polícia administrativa, não podendo ser invalidado discricionariamente.
  - (C) licença definitivo, meio de atuação do poder de polícia administrativa, podendo ser revogado discricionária e sumariamente.
  - (D) licença precário, meio de atuação do poder regulamentar, não podendo ser invalidado discricionariamente.
  - (E) licença definitivo, meio de atuação do poder de polícia administrativa, não podendo ser invalidado discricionariamente.
- 
44. Considerando que Rita é servidora que ocupa cargo público efetivo e João é advogado, servidor de carreira não efetivo no serviço público, conforme o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, levando em conta apenas os dados ora apresentados, é correto afirmar que
- (A) Rita pode exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.
  - (B) Rita e João podem exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.
  - (C) João pode exercer função de confiança e Rita pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de assessoramento.
  - (D) João pode exercer função de confiança, e Rita e João podem exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.
  - (E) Rita e João podem exercer função de confiança e cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.
- 
45. Para o Direito Administrativo, *poder disciplinar* é aquele que
- (A) o Executivo dispõe para distribuir as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.
  - (B) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades exclusivamente aos servidores públicos.
  - (C) tem como característica o seu discricionarismo, o que significa que independe da apuração regular da falta disciplinar para o seu exercício pela Administração pública.
  - (D) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
  - (E) o Estado tem de punir criminalmente os cidadãos, visando à repressão de crimes e contravenções em geral definidas nas leis penais.



46. Gilda foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e o exerce efetivamente há quatro anos. Em conformidade com a Constituição Federal, Gilda
- (A) é servidora pública estável, desde que cumprida a condição obrigatória de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, pois são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - (B) é servidora pública estável, desde que cumprida a condição obrigatória de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, pois são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo que o servidor público estável só poderá perder o cargo: em virtude de decisão judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - (C) não é servidora pública estável, pois são estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, só perdendo o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado.
  - (D) é servidora pública estável, pois são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial de órgão colegiado ou transitada em julgado.
  - (E) é servidora pública estável, pois são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial de órgão colegiado ou transitada em julgado ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- 
47. Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe
- (A) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o reconhecimento da responsabilidade acarretaria ofensa à coisa julgada.
  - (B) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o Poder Judiciário é soberano.
  - (C) poderá pleitear indenização do Estado pois, de acordo com a Constituição Federal, este indenizará o condenado por erro judiciário.
  - (D) poderá pleitear indenização do Estado, desde que a condenação por erro judiciário tenha sido confirmada pelos Tribunais Superiores.
  - (E) não poderá pleitear indenização do Estado, pois ao magistrado é assegurada a independência.
- 
48. Em relação ao regime de previdência de caráter contributivo e solidário assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considere:
- I. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, sob dito regime, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.
  - II. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará *jus* a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
  - III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
  - IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- Em conformidade com a Constituição Federal, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) I, III e IV, apenas.
  - (D) I, II e III, apenas.
  - (E) I, II e IV, apenas.

**Noções de Direito Constitucional**

49. À vista das disposições constitucionais, os direitos e garantias fundamentais
- (A) são apenas aqueles especificamente expressos na Constituição Federal, no tópico a eles especialmente destinado, podendo ser aumentados ou diminuídos por meio de Emenda Constitucional.
  - (B) expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
  - (C) poderão ser assegurados em tratados e convenções internacionais, que serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em dois turnos, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, pelo voto de 2/5 de seus membros.
  - (D) não expressos na Constituição Federal serão assegurados em território nacional apenas se constarem de tratados internacionais que forem aprovados pela maioria absoluta dos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e homologados por Decreto do Presidente da República.
  - (E) somente terão aplicação, por meio de suas normas definidoras, após a edição de lei complementar aprovada por 4/5 dos membros do Congresso Nacional.
- 
50. Saulo, empregado sindicalizado, foi dispensado, sem justa causa, da empresa onde trabalhava, nove meses após o término do exercício do mandato de cargo de direção no sindicato de sua categoria. Na mesma empresa trabalhou Jacira, também sindicalizada, que foi dispensada, sem justa causa, dois dias após o registro de sua candidatura a cargo de direção no sindicato da sua categoria. De acordo com a Constituição Federal, a dispensa de Saulo
- (A) e a de Jacira teriam sido realizadas corretamente, desde que não se tratasse de sindicato rural, único caso em que não poderiam ser realizadas.
  - (B) foi incorretamente realizada, porque vedada, e a de Jacira teria sido realizada corretamente, desde que não se tratasse de sindicato rural.
  - (C) foi realizada corretamente, porque permitida, e a de Jacira incorretamente, porque vedada.
  - (D) e a de Jacira foram realizadas corretamente, porque permitidas.
  - (E) e a de Jacira foram incorretamente realizadas, porque vedadas.
- 
51. De acordo com a Constituição Federal, compete
- I. à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
  - II. privativamente à União legislar sobre direito civil, penal, eleitoral e do trabalho.
  - III. concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre desapropriação.
  - IV. privativamente à União zelar pela guarda da Constituição Federal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e IV.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) I, II e III.
- 
52. Suponha que o Procurador-Geral da República pretenda apresentar projeto de lei ordinária federal que modifique o efetivo das Forças Armadas e o Presidente da República, a seu turno, pretenda apresentar projeto de lei complementar federal que disponha sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para reserva. De acordo com a Constituição Federal, com relação aos projetos que pretendem apresentar, a iniciativa da lei caberá, nos dois casos,
- (A) ao Procurador-Geral da República, uma vez que não é conferida ao Presidente da República a iniciativa de lei que disponha sobre militares das Forças Armadas.
  - (B) indistintamente ao Procurador-Geral e ao Presidente da República, uma vez que ambos dispõem de iniciativa para apresentação de projetos de lei sobre qualquer matéria de competência legislativa da União.
  - (C) ao Presidente da República, por versarem ambos projetos sobre matéria de sua iniciativa privativa.
  - (D) ao Presidente da República, pois o Procurador-Geral da República não dispõe de iniciativa para apresentar projeto de lei federal.
  - (E) ao Procurador-Geral da República, pois ao Presidente da República cabe apenas adotar medidas provisórias, sendo-lhe vedada a apresentação de projeto de lei.



53. Ao dispor sobre a titularidade e forma de exercício do poder político, a Constituição Federal estabelece que todo poder emana
- (A) do povo, que o exerce apenas diretamente, nos termos da Constituição Federal.
  - (B) dos cidadãos, que o exercem apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
  - (C) do povo, que o exerce diretamente, por meio do voto direto e secreto, e indiretamente, quando autorizado previamente pelo Estado.
  - (D) do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
  - (E) dos cidadãos, que o exercem diretamente, por meio do voto direto e secreto, e, excepcionalmente, indiretamente, por meio das eleições indiretas, quando autorizadas pelo Congresso Nacional.
- 
54. De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas os dados aqui fornecidos, o servidor público ocupante, há cinco anos, de cargo efetivo da Administração direta, que se eleger Deputado Distrital, durante o exercício de seu mandato,
- (A) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
  - (B) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
  - (C) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração oriunda do mandato eletivo.
  - (D) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo apenas a remuneração referente ao exercício do mandato eletivo.
  - (E) perderá seu cargo e somente poderá prestar novo concurso público para exercer cargo no Distrito Federal após um ano do término do exercício do mandato eletivo.
- 
55. Jaime exerce o cargo remunerado de professor público em determinada instituição de ensino, no período matutino e, após aprovação em concurso público, nos termos da lei, pretende exercer também o mesmo cargo remunerado em uma outra instituição pública de ensino, no período noturno. Sua esposa, Rosa, exerce cargo público científico remunerado no período vespertino e tem interesse em prestar concurso para exercer também cargo remunerado de professora em uma instituição pública de ensino superior no período noturno. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, obedecidos os limites remuneratórios eventualmente aplicáveis, a acumulação de cargos pretendida é
- (A) vedada ao Jaime e à Rosa.
  - (B) permitida apenas ao Jaime.
  - (C) permitida apenas à Rosa.
  - (D) permitida ao Jaime e à Rosa.
  - (E) permitida ao Jaime e à Rosa, desde que se trate de cargos integrantes de Administrações de diferentes esferas da federação.
- 

56. De acordo com o texto da Constituição Federal, com relação ao direito de greve, é correto afirmar que
- (A) compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - (B) é assegurado aos trabalhadores do setor público ou privado, sendo que os militares devem comunicar a intenção de exercê-lo com a antecedência mínima de cinco dias aos seus comandantes e à população, decidindo, cada categoria, sobre os interesses que devam por meio dele defender.
  - (C) é assegurado aos empregados, aos empregadores e aos autônomos, conforme os distintos interesses que queiram por meio dele defender, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.
  - (D) é assegurado aos empregados e servidores públicos, sendo que, em relação aos militares, apenas o possui os que forem regularmente sindicalizados.
  - (E) é assegurado aos trabalhadores em geral, exclusivamente para a defesa dos interesses previamente relacionados em lei específica, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.
- 

#### Noções de Direito Penal

57. De acordo com o que estabelece o Código Penal,
- (A) não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.
  - (B) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
  - (C) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
  - (D) é plenamente possível a compensação de culpas quando ambos os agentes agiram com imprudência, negligência ou imperícia na prática do ilícito.
  - (E) considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
-



58. Considerando o que dispõe a Lei nº 11.343/2006 que, dentre outras funções, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas,
- (A) não é considerado crime de tráfico de drogas a conduta daquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
  - (B) não é considerado crime a conduta do agente que consente que outrem utilize local ou bem de que tenha a propriedade, de forma gratuita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas, tratando-se de mera infração civil-administrativa.
  - (C) não é crime a condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, ainda que exponha a dano potencial a incolumidade de outrem, tratando-se de mera infração civil-administrativa.
  - (D) não é crime a conduta de quem induz, instiga ou auxilia alguém ao uso indevido de droga, tratando-se de mera contravenção penal.
  - (E) é isento de pena o agente que, em razão da dependência, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

59. De acordo com o que dispõe o Código Penal acerca dos crimes contra a vida e a integridade física, considere:
- I. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça somente será crime, em tese, se o suicídio se consumir ou, ainda, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.
  - II. Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
  - III. É qualificado o homicídio se cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
  - IV. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
  - V. Provocar aborto em si mesma é tipificado na lei como crime de infanticídio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e V.

60. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.069/1990, são medidas de proteção à criança e ao adolescente, a eles aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente lhes forem ameaçados ou violados:
- (A) acolhimento institucional; semiliberdade e internação.
  - (B) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; liberdade assistida e advertência.
  - (C) orientação, apoio e acompanhamento temporários; prestação de serviços à comunidade e advertência.
  - (D) acolhimento institucional; orientação, apoio e acompanhamento temporários e colocação em família substituta.
  - (E) advertência; liberdade assistida e obrigação de reparar o dano.

#### Noções de Direito Processual Penal

61. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal acerca da competência, considere:
- I. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
  - II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
  - III. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.
  - IV. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.
  - V. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, ainda que haja concurso entre a jurisdição comum e a militar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e III.



62. O inquérito policial
- (A) é um procedimento que pode ser presidido tanto pelo delegado de polícia quanto pelo membro do Ministério Público, desde que, neste último caso, tenha sido este o órgão responsável pela investigação.
  - (B) acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
  - (C) que apresentar vício contaminará eventual ação penal subsequente proposta com base nos elementos por ele colhidos.
  - (D) gera, quando arquivado, preclusão absoluta, não sendo possível o início de ação penal, ainda que tenha por fundamento a existência de novas provas.
  - (E) é um procedimento escrito, obrigatório e preparatório da ação penal, imprescindível para embasar o oferecimento da denúncia.

63. Sobre a prisão, o Código de Processo Penal dispõe:

- (A) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente.
- (B) Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, será deprecada a sua prisão, sendo dispensável constar da precatória o inteiro teor do mandado.
- (C) Ainda que haja urgência, o juiz somente poderá requisitar a prisão por meio de mandado escrito encaminhado ao oficial de justiça, do qual deverá constar o motivo da prisão, bem como o valor da fiança se arbitrada.
- (D) Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
- (E) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor não poderá efetuar a sua prisão, devendo ser o fato comunicado à autoridade local para que prossiga na diligência.

64. Considere:

- I. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos.
- II. Não será concedida fiança nos crimes de injúria racial.
- III. A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento.
- IV. A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
- V. No caso de perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será destinado à reparação do dano sofrido pela vítima ou seus herdeiros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

#### Noções de Segurança Pública

65. Conforme estabelece a Resolução da CLDF nº 223/2006, que dispõe sobre a Coordenadoria de Polícia da Câmara Legislativa, estrutura, competência e atribuições dos Inspectores de Polícia e Agentes de Polícia Legislativa, os servidores que prestam serviços à Coordenadoria de Polícia Legislativa terão seus trabalhos disciplinados por meio de Normas Gerais de Ação – NGA, a serem regulamentadas
- (A) pelo chefe da Seção de Segurança Legislativa.
  - (B) pelo chefe da Seção de Planejamento e Controle de Segurança.
  - (C) pelo chefe da Seção de Segurança Patrimonial.
  - (D) pelo inspetor de Polícia Legislativa.
  - (E) pela Mesa Diretora.





66. De acordo com a Resolução da CLDF nº 223/2006, considerando-se as exigências legais previstas, é livre o porte de arma de uso permitido no território do Distrito Federal aos Inspetores e Agentes de Polícia Legislativa, mediante prévia autorização do
- (A) Presidente da República.
  - (B) Presidente da Câmara Legislativa.
  - (C) Secretário de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal.
  - (D) Prefeito do Distrito Federal.
  - (E) Ministro de Estado.
- 
67. Nos termos da Resolução da CLDF nº 223/2006, entre outras, são consideradas atividades típicas de Polícia da Câmara Legislativa:
- I. a segurança do Presidente da Câmara Legislativa, em qualquer localidade do território nacional.
  - II. a segurança dos Deputados Distritais, servidores e visitantes, nas dependências sob a responsabilidade da Câmara Legislativa.
  - III. a segurança dos Deputados Distritais, servidores e quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço da Câmara, em qualquer localidade do território nacional, quando determinado pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
  - IV. o policiamento nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Está correto o que consta em
- (A) IV, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I e IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
- 
68. A Lei nº 11.473/2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, estabelece que se forem insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades de cooperação federativa no âmbito da segurança pública poderão ser desempenhadas, em caráter voluntário, entre outros, por
- (A) militares e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e dos órgãos de perícia criminal da União, dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos.
  - (B) servidores civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aposentados há mais de 10 anos, para fins de realizar atividades-meio de apoio administrativo à Força Nacional de Segurança Pública.
  - (C) servidores do Poder Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal, para fins de atividades de apoio administrativo à Força Nacional de Segurança Pública aposentados por invalidez há mais de 5 anos.
  - (D) servidores do Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de realizar atividades-fim de apoio administrativo à Força Nacional de Segurança Pública, independentemente de estar ou não em inatividade.
  - (E) servidores ou profissionais particulares das localidades onde a Força Nacional de Segurança Pública irá desempenhar suas funções, cuja escolha se dará por iniciativa e responsabilidade do General de maior patente.
- 
69. No que se refere à Lei nº 4.878/1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, considere:
- I. A pena de repreensão será sempre aplicada por escrito nos casos em que, a critério da Administração, a transgressão seja considerada de natureza leve, e deverá constar do assentamento individual do funcionário.
  - II. A pena de suspensão, que não excederá noventa dias, será aplicada em caso de falta grave ou reincidência.
  - III. A pena de demissão, entre outros casos, será aplicada quando se caracterizar crimes contra os costumes e contra o patrimônio, que, por sua natureza e configuração, sejam considerados como infamantes, de modo a incompatibilizar o servidor para o exercício da função policial.
  - IV. Na aplicação das penas disciplinares serão considerados, entre outros, a natureza da transgressão; sua gravidade e as circunstâncias em que foi praticada; os danos dela decorrentes para o serviço público; a repercussão do fato; os antecedentes do funcionário e a reincidência.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) I, III e IV, apenas.
  - (C) I, II e IV, apenas.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) II, III e IV, apenas.
- 
70. Considerando o que estabelece a Lei nº 9.266/1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e dá outras providências, são responsáveis pela direção das atividades do órgão e exercem função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado, os ocupantes do cargo de
- (A) Delegado de Polícia Federal.
  - (B) Perito Criminal Federal.
  - (C) Inspetor de Polícia Legislativa.
  - (D) Agente de Polícia Legislativa.
  - (E) Polícia da Câmara Legislativa.